

Como citar este artigo:

TRAVAGLIA, Luiz Carlos . Hipótese de explicação discursiva para a mudança de significado e a formação de palavras. In: IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL), 1999, Campinas. Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL) - Vol III: Comunicações. Campinas : ED. da UNICAMP / IEL, 1990. v. III. p. 53-77.

HIPÓTESE DE EXPLICAÇÃO DISCURSIVA PARA A MUDANÇA DE SIGNIFICADO E A FORMAÇÃO DE PALAVRAS *

LUIZ CARLOS TRAVAGLIA
(Universidade Federal de Uberlândia - MG).

INTRODUÇÃO

Dentro dos estudos lingüísticos, o estudo da palavra sempre mereceu uma atenção, se não especial pelo menos muito significativa. O aparecimento da palavra e os processos que o possibilitam, bem como suas alterações formais (vide todos os estudos da Gramática Histórica e Comparada) e de sentido (vide todos os estudos semânticos após a proposição dos mesmos por Bréal) sempre foram objeto de muitos estudos.

Os estudos do aparecimento das palavras levaram sempre à identificação dos elementos que a constituem e de como se agregam, ou de como ela surgiu pela evolução de outra, conforme se vê nos estudos etimológicos e de evolução fonética. Já os estudos e explicações da mudança de sentido se ativeram quase só à descrição dos tipos de mudança e de como essa mudança se processa, e não chegaram a estruturar uma explicação de por que o sentido muda. Quando se buscou de algum modo esta explicação sempre surgiram colocações que tangenciam o sócio-histórico, mas que não foram devidamente elaboradas, porque o discurso lingüístico do tempo em que tais explicações foram propostas excluiu, por considerá-la problemática, a inserção do sócio-histórico em explicações de fatos lingüísticos construídas do modo como a teoria do discurso hoje propõe e permite. Evidentemente o social e o histórico sempre estiveram presentes nos comentários lingüísticos, mais como coadjuvantes das formas e funções lingüísticas do que como “determinantes” dessas formas e funções. A dimensão social da língua se restringia ao fato de ela ser usada pelos membros de uma sociedade para comunicarem-se uns com os outros, e a dimensão histórica, ao fato de que a língua existia no tempo visto como sucessão cronológico-narrativa: no tempo, a língua se forma, se transforma, desaparece, se torna outra ou é influenciada por outra, etc.

Neste estudo, buscamos estabelecer uma hipótese de explicação discursiva para os fatos lingüísticos da mudança de significado e da formação de palavras em que o sócio-histórico tem uma relação de interação com as formas lingüísticas e não uma relação de mão única e determinadora, em qualquer um dos dois sentidos.

Antes de propormos a hipótese de explicação discursiva (que, parece-nos, não anula, mas em realidade, complementa o que anteriormente se fez, deixando clara a

* Agradeço a Eduardo Guimarães e Margarida Basílio seus comentários à primeira versão deste artigo.

natureza dos fatos e a procedência das explicações formuladas), achamos conveniente lembrar em linhas mestras, através de breve exposição nos itens 1 e 2, o que se propôs, fora da concepção discursiva, sobre a mudança de significado e a formação de palavras.

1. A MUDANÇA DE SIGNIFICADO

1.1. A proposta de Bréal

Quando Bréal fez suas colocações, no final do século XIX, os estudos lingüísticos eram dominados pela gramática histórica e comparada e pela concepção naturalista da língua como um organismo vivo. Ele se opôs ao pensamento dominante da época em alguns pontos fundamentais que expomos a seguir.

Para ele a gramática histórica e comparada é de caráter narrativo, baseado na evolução da língua através do tempo: um fato lingüístico vem depois do outro (sucessividade). Bréal coloca que na história da língua nem sempre um elemento substitui outro, pois no campo dos sentidos pode haver casos em que um elemento X passa a conviver com outro elemento Y, o que definiu como a polissemia. Dessa forma ele instaurou a idéia de simultaneidade, destruindo a sucessividade pura no histórico da língua. Ora, a polissemia é um fato de significado e com isso Bréal coloca que o sentido é importante, o que vai ser fundamental para a instituição da lingüística do século XX. Para ele a história não vai ser só relato, mas deve também ver o que se tem hoje e explicar como se tem, assim ele não quer mais saber o que veio antes dos estados atuais das línguas, mas quer descobrir o processo pelo qual se constrói, se faz a mudança. O histórico não vai se caracterizar mais só pelo temporal, mas por ser uma atividade, uma obra do homem. Assim, Bréal estabelece a semântica como a ciência das significações” e das “leis que presidem à transformação dos sentidos”.¹

Além dessa oposição ao evolucionismo naturalista através da reintrodução do sentido na simultaneidade contida na polissemia, Bréal diz que a linguagem não é regida por leis necessárias e cegas, e coloca a questão do hábito que explicaria as regularidades da língua pela questão do interesse das massas. Assim as leis seriam regularidades, um caráter de generalidade e de constância que se observa nos fenômenos em função dos interesses das massas, pela necessidade e desejo de entender e ser entendido que leva à imitação, à analogia (entendida como a lei da linguagem que faz que as formas já criadas sirvam de modelo a formas novas).² Ele deixa claro, ao fazer tais colocações, que a vontade humana que atua na língua é coletiva e não individual.

Ao buscar os processos pelos quais se faz a mudança, as “leis que presidem à transformação dos sentidos”, Bréal diz que há restrição, extensão ou alargamento e transferência de sentidos (o que representa a forma lógica da mudança de sentido segundo Guiraud (1980: 47)) e os mecanismos ou tipos básicos da mudança de sentido seriam a sinédoque, a metonímia e a metáfora. Esses processos e tipos incluem

¹ Bréal, Michel. (1893). “Les lois intellectuelles du langage, fragments de sémantique” in *Annuaire de l'association pour l'encouragement des études grecques en France*, XVII. Apud Guiraud (1980:10).

² V. Bréal (1976: 315-31). Essa concepção de leis lingüísticas se aproxima muito da idéia de regularidade que adotamos para propor nossa hipótese neste ensaio, tomada a Guimarães (1987 e 1988).

fenômenos tais como nobilitação, degradação, concretização de sentido, etc. que são estudados não só por Bréal, como por todos os estudiosos que passam a fazer semântica como o estudo das mudanças de sentido (vide 1.3.).

1.2. A gramática histórica e a filologia

Antes de apresentar um apanhado geral do que resultou da proposta de Bréal, é pertinente registrar as colocações da gramática histórica e comparada em relação à mudança de sentido.

O exame de obras de gramática histórica logo evidencia que a mudança de significado não foi sua preocupação fundamental. Seu interesse e trabalho maior se atém à evolução fonética das palavras através de leis fonéticas e dos processos delas resultantes, os chamados metaplasmos. Assim elencam-se formas e sua substituição por outras. O sentido só aparece como complemento no comentário etimológico para registrar a permanência ou alteração do significado (veja exemplos no Documento incluído no final deste texto). Assim o que se fez foi quase só listar os significados em diferentes épocas sem explicar como nem por que ocorreu a mudança.

Essa mesma atitude de registrar ou narrar as mudanças de sentido no tempo sem explicá-las aparece também em obras que colocam explicitamente o dinamismo do sentido das palavras da língua, que se alteraria sem cessar, e que se filiam, assim, às propostas de Bréal, Darmesteter e outros. Este é o caso, por exemplo, de D'Albuquerque (1953) que, sob títulos de capítulos tais como "Vocábulo que se nobilita e vocábulo que se degrada", "A Analogia e a semântica", "A Influência das línguas estrangeiras nas alterações semânticas", etc., dá exemplos de mudanças de significado sem grande preocupação explicativa além do que os títulos já sugerem³.

Ao falar de arcaísmos e neologismos (vide Coutinho, 1971: 210-220) a gramática histórica coloca causas, condições e fontes desses dois fatos muitas das quais aparecem no inventário de processos e causas da mudança de sentido levantados em 2.3 e outras representam aspectos constitutivos da explicação discursiva que propomos em 4 (como o desaparecimento das instituições, costumes e objetos, a linguagem técnica e a importação estrangeira, por exemplo). Assim temos: 1) causas de arcaização: a) o desaparecimento das instituições, costumes e objetos, b) a sinonímia ou o neologismo; c) o eufemismo ou a degradação de sentido; d) o sentido especial, e) a homonímia; 2) condições para a existência de neologismos: a) devem "satisfazer uma necessidade da língua, designando objetos, expressando idéias ou matizes duma idéia que careçam de palavra apropriada para serem significados". b) "hão de observar-se na sua formação as leis morfológicas relativas à estrutura das palavras simples e primitivas e à construção das derivadas, compostas e justapostas; 3) fontes de neologismo: a) nomenclatura técnica, b) importação estrangeira, c) gíria ou d) os processos ordinários, utilizados pelo idioma na formação de vocábulos novos (derivação e composição).

³ Como veremos adiante, algumas das causas propostas ou insinuadas por esses títulos têm muito a ver com o que propomos na seção 3 em termos discursivos. É o caso do que D'Albuquerque (1953) coloca no cap. "O Cristianismo e os léxicos".

1.3. Outros estudos

Os estudiosos que buscaram realizar estudos semânticos a partir de sua definição por Bréal acabaram criando um inventário de tipos de sentido, processos e causas que Guiraud (1980) resenhou muito bem⁴. Guiraud coloca que a Semântica não se restringe mais apenas ao estudo das mudanças de sentido, embora esta parte tenha seu interesse. Servir-nos-emos aqui desse levantamento, que buscamos reduzir às linhas básicas, para facilidade de referência.

Segundo Guiraud (1980), as mudanças de sentido foram estudadas desde a Antiguidade pela Retórica sob o título geral de “tropos” ou “figuras de palavras”. Foi por isto que os primeiros semanticistas, Darmesteter e Bréal “viram na sinédoque, na metonímia e na metáfora os tipos de base das mudanças de sentidos”. Eles agruparam os tropos segundo exista restrição ou extensão (sinédoque e elipse) ou transferência (metonímia, metáfora) de sentido, chegando, assim, a um quadro lógico das mudanças de sentido.

A forma semântica das mudanças de sentido seria dada pela posterior incorporação à análise semântica de substratos psicológicos e sociológicos, evidenciando os caracteres básicos do processo semântico: a) bipolaridade do significante e do significado; b) natureza psico-associativa de suas relações, sob sua dupla forma: similaridade e contigüidade. Contribuições diversas (Wundt, Schuchardt e Saussure)⁵ permitiram chegar a “uma teoria das mutações de sentido baseada em critérios semiológicos”. Para Saussure as alterações no tempo não se constituem nem em mudanças fonéticas sofridas pelo significante, nem em transformações de sentido que afetam o conceito significado, mas representam, sim, “um deslocamento da relação entre o significante e o significado”. A explicitação por Saussure da natureza dessa relação passa a ser considerada em todas as teorias posteriores sobre a mudança de sentido. Destas, Guiraud (1980, Cap. III) apresenta as que considera mais completas e coerentes: as de Stern e Ullmann.

Stern (1931, apud Guiraud (1980: cap. III)) divide as mudanças de sentido em externas e internas apresentando o seguinte quadro:

⁴ V. Capítulo II item III (“A evolução semântica”); Capítulo III (“As mudanças de sentido: suas formas”) e Capítulo IV (“As mudanças de sentido: suas causas”), além de algumas outras passagens.

⁵ V. Guiraud (1980: 48-49) e Saussure (1970: 1ª parte – sobretudo cap. II e 3ª parte). Sobre o conceito de alteração vide Saussure (1970: 89).

Mudanças externas	Mudanças lingüísticas (afetam diretamente a língua, constituem um efetivo deslocamento do nome ou do sentido no interior do sistema) ⁶		
(têm a sua fonte em uma mudança do referente ou coisa denominada, sem mudança do nome):	I Deslocamento da relação verbal (do nome).	II Deslocamento da relação referencial (do sentido)	III Deslocamento da relação supletiva entre a palavra e os locutores
Substituição (objetiva, cognitiva, subjetiva)	1. Analogia (combinativa, correlativa, fonética). 2. Encurtamento (truncamento, elipse).	1. Nominação (composição e derivação, transferência intencional, figuras). 2. Transferência (não intencional).	1. Permuta 2. Adequação

Ullmann (1951, apud Guiraud (1980: cap, III)) também identifica mudanças extralingüísticas, de origem externa (que atribui ao conservantismo lingüístico) e lingüísticas, apresentando o seguinte esquema:

Mudanças devidas ao conservantismo lingüístico

Mudanças devidas à <u>inovação lingüística</u> :	I-Transferência do nome	por <u>similaridade</u> entre os sentidos: substancial, sinestésica, afetiva (metáfora); por <u>contigüidade</u> entre os sentidos: espacial, temporal, causal (sinédoque, metonímia).
	II-Transferência de sentido	por <u>similaridade</u> entre os nomes (contágio fonético, etimologia popular) por <u>contigüidade</u> entre os nomes (elipse, contágio sintático)
	III - Mudanças compostas (em que ocorre mais de um dos processos acima)	

Para Guiraud, a classificação de Ullmann tem simplicidade e é capaz, de integrar qualquer outro esquema.

Para todos os estudiosos, a analogia tem um papel importante na constituição e evolução da língua, atuando em todos os tipos de mudança de sentido. Embora não seja um fato de evolução é um possante fator de evolução (Saussure, 1970: 196-201).

⁶ Isto é diferente do que propôs Saussure, embora diretamente relacionado.

No cap., IV, Guiraud (1980) considera que as causas da mudança de sentido são basicamente duas: a nominação e a evolução de sentido. Para ele, na nominação “o sentido muda porque se dá deliberadamente um nome a um conceito para fins cognitivos ou expressivos” e na evolução de sentido este “muda porque uma das associações, secundária (sentido contextual, valor expressivo, valor social)⁷ desliza progressivamente sobre o sentido de base e o substitui. Na primeira a mudança é individual, consciente e descontínua e, na segunda, a mudança é coletiva, inconsciente e progressiva. Não concordamos com essa colocação porque, embora a mudança possa ter uma instância individual, ela só ocorrerá, se ratificada pelo coletivo.

Dentro da nominação são incluídas as seguintes situações:

1) a “n. cognitiva, em que uma coisa recebe um nome, seja porque ela ainda não o tem, seja porque o nome que tem assegura mal a sua função”. Uma das formas de nominação é a mudança de sentido pela qual damos a algo um nome que já pertence a outra coisa com a qual a associamos por similaridade (metáforas: *língua de sogra*, *braço de mar*, etc.) ou por contigüidade (sinédoques e metonímias);

2) a n. expressiva “em que se cria um nome para designar a coisa do ponto de vista de quem fala, e exprime o valor afetivo, desiderativo, estético ou moral, que lhe é atribuído pelo locutor, seja em termos de valorização ou desvalorização (depreciação, crítica, sátira). É por isso, por exemplo, que se chamam as pessoas de *minha flor*, *minha gata*, *sua besta* , etc.

3) A força emotiva subconsciente que, por associar às palavras emoções, obsessões difusas e indeterminadas, etc., acaba por ser uma das principais fontes de mudanças de sentido segundo H. Sperber,⁸ para o qual cada coletividade tem temas privilegiados, “esferas de pensamento” que estão sempre presentes nos bastidores da consciência coletiva, matizando seus pensamentos;

4) tabus e eufemismos: o tabu, mais do que uma associação, é a identificação do nome à coisa: o nome do diabo é o próprio diabo. Assim se estabelecem tabus que proíbem os nomes das coisas sagradas, perigosas, obscenas, etc. com base em formas pré-lógicas de pensamento, seja em sociedades ditas primitivas ou não. Assim, usam-se outros nomes para a coisa, mudando-se o sentido destes. O Diabo por exemplo é *cão*, *canhoto*, *ele*, etc. O eufemismo baseia-se sempre num processo psico-associativo de uma natureza particular em que em vez de motivar uma associação, busca-se ao contrário, impedi-la por ser desagradável por alguma razão;

5) a economia da palavra, condicionada pelo princípio do menor esforço, é uma outra fonte de mudanças de sentido, seja através da elipse, criando casos como os de

⁷ No cap. II, Guiraud (1980) coloca que as palavras são um conjunto de associações de diferentes sentidos que ele resume no seguinte quadro

SEMÂNTICA	ESTILÍSTICA
Sentido de base	Valor expressivo
Sentido contextual	Valor sócio-contextual

⁸ Vide Guiraud (1980: 65 e 93).

capital, fritas; seja pelo truncamento (como no caso de *auto, cine, foto*); seja pela abreviação (*JK, BH, UDI = Uberlândia*) ou pelas siglas (*PMDB, UNICAMP*).

6) A clareza da comunicação: diante dos conflitos homônimos, que se caracterizam quando homônimos podem ser confundidos em um mesmo contexto, a língua tende a substituir um dos antagonistas.

Dentro da evolução do sentido são incluídas as seguintes causas:

1) a evolução do referente em que a evolução das técnicas, das instituições e dos costumes realiza várias mudanças de sentido. Os deslocamentos de sentido resultantes daí podem ser de três tipos: a) mudança da natureza do referente, como no caso de *fuzil* que não é mais uma arma de pedra, e de *pena*, que não é uma pena de pássaro; b) mudança do conhecimento que temos do referente, como no caso do *átomo* que há muito já não é mais uma partícula indivisível; c) mudança de nossa atitude subjetiva em relação ao referente⁹ como acontece com frequência com conceitos abstratos tais como *comunismo, liberdade*, etc.

2) o obscurcimento da motivação etimológica, tal como se exemplifica no documento anexo a esta comunicação, a propósito das palavras *fazenda, proxeneta, aula e suco*.

3) a estratificação social: a língua, falada por diferentes grupos sociais, “apresenta características distintas, ligadas à cultura, aos modos de vida, e principalmente à atividade econômica e técnica de cada grupo”. Palavras podem ter sentidos gerais comuns a toda coletividade e sentidos especiais próprios de certos grupos. Passando de um grupo a outro, o sentido das palavras normalmente se modifica de modo que esses “empréstimos sociais” constituem um princípio fundamental na mudança de sentido, segundo Meillet. À generalização, que é um alargamento da esfera social, corresponde muitas vezes uma extensão do sentido, uma ampliação de sua área referencial, assim como a especialização acarreta a sua restrição.

4) o contágio que é o fenômeno pelo qual, “quando duas palavras ficam em contato podem reagir uma sobre a outra”. O contágio pode ser: a) sintático: quando duas palavras se encontram em certas construções – é o caso das palavras, francesas *rien, pas, point e personne* que, não sendo etimologicamente negativas, passaram a sê-lo por virem sempre em correlação com *ne*; b) fonético – como nos trocadilhos e nas corruptelas populares; e c) semântico: quando coexistem palavras cujos sentidos podem ser confundidos. O bilingüismo favorece o contágio semântico sob a forma de calcos.

5) “A etimologia popular, ou falsa etimologia¹⁰, é uma forma de contágio conseqüente a uma confusão feita por pessoas pouco cultas, o que faz com que se atribuam à palavra uma origem e uma formação fantasistas. Ela modifica fatalmente o

⁹ É importante lembrar que dentro da hipótese de explicação discursiva proposta na secção 3 não se pode aceitar uma mudança “subjetiva” de atitude no sentido com que Guiraud utilizou o termo (uma mudança “de um indivíduo”). Isto porque, nesse caso, estaríamos reinstaurando a ilusão de o sujeito ser a fonte do sentido, quando a Análise do Discurso busca evidenciar que não é assim, uma vez que o sentido resulta da ação de fatores históricos, sociais e ideológicos em que o indivíduo está imerso. Portanto, quando o sujeito muda de “atitude subjetiva”, na verdade, ele funciona como um lugar social e não como um indivíduo.

¹⁰ Guiraud submete-se aqui a determinado tipo de discurso imperante em sua época, que o leva a chamar o popular de falso. Como não se pode escapar a isto, resta a nós lingüistas nos fazermos conscientes desse fato. A tentativa de estar consciente nesse aspecto é que motivou o parágrafo final de nossa conclusão.

seu valor, e acarreta, por vezes, uma verdadeira mudança de sentido". Os empréstimos e o bilingüismo favorecem interpretações: é o caso de *country dance* ("dança camponesa") que, pelo francês *contredanse* torna-se *contradança* (que para o povo seria "contra" + "dança", "dança com alguém", sentido que prevalece em português popular, embora não registrado por Ferreira, 1975).

Guiraud (1980: 76) apresenta ainda uma classificação das causas da evolução do sentido proposta por Meillet e aperfeiçoada por Nyrop. Segundo eles as causas seriam: a) "históricas ou mudanças nas ciências, nas técnicas, nas instituições e nos costumes, acarretando uma mudança de coisas sem mudança do nome"; b) "lingüísticas ou mudanças devidas a causas fonéticas, morfológicas ou sintáticas: contágio, etimologia popular, conflitos homonímicos e eclipse"; c) "sociais: 'empréstimos sociais' e deslocamentos da área social da palavra, especialização ou generalização, acarretando o deslocamento de sua área semântica (restrição ou extensão)"; d) "psicológicas: procura da expressividade, tabus e eufemismos, força emotiva". Guiraud acrescenta a esse esquema a distinção entre causas externas e causas internas.

De capital importância para o que desejamos propor aqui são as colocações de Guiraud (1980: 78), onde ele diz que "na medida em que a relação significativa seja puramente convencional, não pode haver leis semânticas, podendo existir no máximo regras semiológicas". Para ele, embora a criação e a evolução da palavra sejam "determinadas" pela motivação etimológica e por causas identificáveis e definíveis (como as vistas anteriormente), tal determinação permanece livre e é impossível prever-se o nascimento ou destino de uma palavra, tão impossível quanto prever-se o nascimento ou o destino de um indivíduo. Pode-se no máximo constatar tendências, como se faz em sociologia". Os fenômenos que as causas caracterizam "podem constituir uma explicação em cada caso particular, porque são realmente a causa do fenômeno, mas causas que nunca são necessárias não são leis, são antes tendências estatísticas".

2. A FORMAÇÃO DE PALAVRAS

Por formação de palavras queremos que se entenda o surgimento de novas palavras antes não existentes e em uso na língua. Naturalmente, para que novas palavras se formem é preciso que a língua tenha processos de formação de palavras e elementos para constituir tais palavras novas.

Já vimos na secção 1. que novas palavras podem surgir por necessidade de nominação, o que também foi colocado ao se tratar dos neologismos e as condições para seu surgimento.

Como observa Basílio (1987), "formação" pode ter um sentido passivo que se refere à maneira como as palavras estão constituídas e um sentido ativo que se refere ao processo de formar palavras. Os estudos morfológicos da gramática tradicional e normativa e da teoria estruturalista se ativeram mais ao sentido passivo buscando dar conta apenas das formas já constituídas. A gramática tradicional identificou raízes, radicais, vogais temáticas, prefixos, sufixos, etc., tentando ainda dar conta do significado das palavras através de seus constituintes e as possibilidades de combinação

destes. O estruturalismo introduziu a idéia de morfema (unidade significativa mínima numa língua) e a tarefa da análise morfológica é a identificação de morfemas e de suas possíveis combinações, na formação de palavras. Raízes ou radicais (semanemas), afixos (prefixos, sufixos, deninências, vogais temáticas, etc.) são morfemas. Apesar de a preocupação serem as formas já existentes na língua, ficava estabelecido, pelo menos implicitamente, que os processos de formação de palavras já utilizados poderiam ser de novo usados. Os processos normalmente arrolados são: derivação (prefixal, sufixal, parassintética, regressiva, imprópria) e composição (por justaposição e por aglutinação).

Dentro dos estudos morfológicos é preciso não esquecer a visão da gramática histórica que acompanhava no tempo as raízes e afixos e buscava explicá-los etimologicamente dando sua evolução formal e de sentido. A visão diacrônica difere da sincrônica na medida que mostra, por exemplo, que um afixo pode tornar-se raiz¹¹.

Com o advento da teoria gerativa transformacional, que tomou a competência lingüística como objeto da análise e descrição, mudou-se a perspectiva do sentido passivo de "formação de palavras" para o sentido ativo. Isto foi feito com o estabelecimento da noção de competência lexical segundo a qual "a competência de um falante nativo no léxico de sua língua inclui: a) o conhecimento de uma lista de entradas lexicais; b) o conhecimento da estrutura interna dos itens lexicais, assim como relações entre os vários itens; c) o conhecimento subjacente à capacidade de formar entradas lexicais gramaticais novas (e, naturalmente, rejeitar as agramaticais)" (Basílio, 1980: 8-9).

Essa idéia de competência, sobretudo a contida no item c) acima, levou à proposição de regras de formação de palavras (RFPs) que utilizariam uma lista de constituintes (raízes, prefixos, sufixos, etc.) pelas quais e com as quais se formariam novas palavras. Um exemplo seria a regra transcrita em (1) abaixo pela qual se formariam substantivos abstratos a partir de bases adjetivas (Travaglia, 1979).

$$(1) \quad [X_{Adj.}] \rightarrow [[X_{Adj.}] + \text{SUFIXO}]_{Subst.}$$

onde:

SUFIXO = *-(i)dade, -(i)dão, -ia, -ície, -ice, -(i)tude, -ismo, -ez, -eza, -or, -ura*.

Todavia começaram a surgir problemas tais como:

(2) Forma-se: *convenção+al* → *convencional*, *religião+oso* → *religioso* (v. Basílio, 1987: 6-7) mas não se formam: **convencioso* ou **religional*, apesar de serem potencialmente possíveis pela mesma RFP.¹²

(3) Como explicar os diferentes sentidos e relações de sentido entre o radical e o sufixo que se observa nos grupos de palavras abaixo e que parece serem todos criados pela mesma¹³ RFP?

¹¹ É o caso de *com* -, prefixo latino que, na evolução do latim *comedere* para o Português *comer*, passa a raiz, tornando-se produtiva como tal: *comestível*, *comedor*, etc. Exemplo de Câmara Jr. (1970).

¹² Sugerido por Guimarães (1988).

(a) *Levou uma* ... pedrada, paulada, abacatada,
... *criançada, *casada (de casa), *medada (de
medo);

(b) *Fez / tomou / comeu uma* ... gemada, bananada, goiabada, marmelada,
gatinhada,
... macarronada, criançada,
... (?) abacatada, *pedrada;

(c) *Encontrou a* ... criançada, meninada, mulherada, indiaiada
... *abacatada;

(4) Como explicar a formação e a não-formação de palavras no grupo abaixo relacionado, em que deveria operar igualmente a RFP especificada em (1)?

- | | | |
|----------------------------|---------------------------------------|---|
| (a) <i>Engraçado</i> (A) | * <i>Engracadez</i> ¹⁴ (A) | (A) <i>X é engraçado</i> |
| (b) <i>Graça</i> (subst.) | (A,B) * <i>Graceza</i> ¹⁵ | <i>X tem graça</i> (B)
<i>X (pessoa) não tem graça</i> (A+B)
<i>X (coisa) não tem graça</i> , (B) |
| (c) <i>Sem graça</i> (A,B) | <i>Sem graceza</i> (A) | <i>X é sem graça</i> (A,B)
<i>A sem graceza de X(A)</i> ¹⁶ |
| (d) <i>Gracioso</i> (B) | <i>Graciosidade</i> | <i>X é gracioso</i> (B)
<i>A graciosidade de X</i> (B) |

Aqui há um jogo entre dois sentidos de *graça* que indicamos acima entre parênteses: (A) = “aquilo que faz rir”; (B) = “beleza, elegância ou atrativo de forma, de aspecto, de composição, de expressão, de gestos ou de movimentos”.

Problemas como esses e muitos outros levaram os proponentes dessas teorias a criarem mecanismos que os explicassem de alguma forma. Assim Basílio (1987: 6 e 7) lembra que problemas como o de (2) podem ser explicados como uma questão de uso: não aceitamos **convencioso* e **religional* porque eles são bloqueados por *convencional* e *religioso* bastante conhecidos, tanto que aceitamos *atencioso* e *pretensioso* derivados de palavras terminadas em *-ção / são*. Aqui entraria a idéia de bloqueio proposta por Aronoff (1976). Halle (1973) tentou resolver problemas como os de (3) propondo “um

¹³ Como se verá pela explicação proposta em 3.3.2., na verdade, temos três sufixos *-ada* homônimos, com restrições semânticas à utilização dos mesmos na RFP, diferentes para cada um. Tais restrições são regularidades resultantes do pertencimento de cada sufixo a formações discursivas diferentes.

¹⁴ Aqui propusemos uma forma. Pode-se considerar as demais formas possíveis pela RFP (1): *engracidade* (*engracadidade*), *engracidão* (*engracadidão*), *engraçadia*, *engraçadície*, *engraçadice*, *engraciditude*, *engraçadismo*, *engraçadeza*, *engraçadura*. Observe-se que algumas parecerão mais prováveis do que outras.

¹⁵ Aqui a regra não se aplica porque *graça* é substantivo.

¹⁶ Margarida Basílio lembrou-nos da existência da forma *sem-gracice*. Tanto esta forma quanto *semgraceza* parecem ter uso corrente apenas na linguagem coloquial.

filtro cuja função é a de dar a esses itens todos os traços idiossincráticos que se encontram no conjunto real de palavras da língua” (apud Basílio, 1980: 10). Contudo, não diz o que este filtro é nem como é constituído, e por isso é uma proposta vazia. Além do bloqueio, Aronoff (1976) propôs que as RFPs estariam sujeitas a restrições morfológicas e à coerência (transparência) semântica, isto é, uma RFP será tanto mais produtiva quanto mais previsível for o significado das palavras que ela forma. Em nosso estudo da produtividade da RFP (1) (Travaglia, 1979), encontramos algumas restrições morfológicas à operação dessa regra. Entre elas a “restrição relativa a categoria da base” em que a RFP não atuaria se a base pudesse pertencer a duas classes. No caso de adjetivos em *-ado* a maioria é correspondente a um particípio verbal e os que não são, constituem a minoria e a regra funciona nos mesmos padrões. Isto explicaria a não formação de **engraçadez*, mas ainda fica o problema de explicar por que, apesar da restrição se formam os substantivos de (5) em que as bases são todas de carácter também verbal.

- | | | |
|-----|--------------------------|--------------------------|
| (5) | <i>polido/polidez</i> | <i>ousado/ousadia</i> |
| | <i>coberto/cobertura</i> | <i>imerso/imersão</i> |
| | <i>honrado/honradez</i> | <i>oculto/ocultismo.</i> |

É bom observar que em (5) nem sempre o substantivo expressa “qualidade de ser X” (X = adjetivo base) como na quase totalidade dos casos de substantivos formados pela RFP (1).

Em Travaglia (1979) encontramos restrições não só morfológicas e de bloqueio, como proposto por Aronoff, mas também restrições fonológicas, semânticas e mesmo não-lingüísticas tais como: a) utilização apenas coloquial da base; b) medo do erro e do ridículo; c) possibilidade e/ou necessidade de analisar a condição intrínseca (a qualidade X) de algo ou alguém.

Seja qual for a restrição sempre há casos em que ela é inoperante. Além disso, restrições como as não lingüísticas vistas acima sugerem que a questão da formação de palavras obedece a algo mais do que simplesmente fatores estritamente lingüísticos. O próprio bloqueio apenas lingüístico traz em si traços do uso social da língua. De qualquer modo todos os mecanismos propostos estão longe de resolver totalmente a questão da produtividade lexical que Aronoff (1976, cap.3) chamou “um dos mistérios centrais da morfologia derivacional e a raiz do fato de que, embora muitas coisas sejam possíveis em morfologia, algumas são mais possíveis do que outras”. Creemos que a hipótese explicativa que levantaremos na secção 4 ajuda esclarecer esse mistério, lançando algumas luzes sobre o mesmo, assim como o faz com a questão da mudança de sentido das palavras.

3. HIPÓTESE DE EXPLICAÇÃO DISCURSIVA

3.1. A hipótese

Nesta seção queremos propor que a mudança de sentido das palavras e a questão da produtividade lexical são regidas pela dimensão discursiva, pelo discurso.

Todos os tipos e causas de mudança de sentido arrolados na secção 1 seriam subsidiários ou decorrentes da constituição do discurso, da formação discursiva em que as palavras se inserem e de modificações nestas formações ou transposição das palavras de uma formação discursiva para outra, de um campo enunciativo para outro. Assim a mudança de sentido será explicada pelo trânsito das palavras entre as formações discursivas, de uma formação discursiva para outra diferente, que pode lhe ser posterior (também anterior) no tempo ou simultânea dentro da mesma sociedade ou em sociedades diferentes.

O mistério da produtividade lexical será explicado pelas regularidades discursivas e pela ordem do discurso que regulam não só o que pode ser dito, mas principalmente o que não pode ser dito, o que pode e o que não pode ser dito em um campo enunciativo, em um domínio associado de enunciados. As restrições lingüísticas de caráter fonológico, morfológico, sintático e semântico a que nos referimos acima nada mais são do que “cristalizações” lingüísticas reveladoras do que está determinado sócio-historicamente no discurso.

Sabemos que o lingüístico representa uma espécie de base-formada pelo que já se “cristalizou” no discurso e que é constantemente reposto neste como processo, dinamicamente. A língua seria a condição de possibilidade (a condição de base) do discurso. O discursivo e o lingüístico têm uma relação dialética, um não é predominante sobre o outro. Um não determina o outro, mas cada um constitui o outro num processo dinâmico.¹⁷

Foucault (1986: cap. 2 = “A função enunciativa”, da Parte III = “O enunciado e o arquivo”) faz uma colocação fundamental para o que propomos aqui. Para ele embora normalmente se diga que é o formal que determina e explica algo que existe, em realidade não é isso que acontece. Não são as frases e sua estrutura, as proposições, as regras de formação, etc. que definem o que seja o enunciado, mas o contrário: é o modo de existência do enunciado no discurso que faz com que regras de formação, frases, palavras, etc. sejam como são, ou seja, é o modo de existência do enunciado que determina a forma e não o contrário.

Antes de passarmos a alguns casos evidenciadores dessa hipótese, gostaríamos de registrar aqui, de forma rápida e sumária, um quadro teórico que facilite referências e deixe claro o lugar teórico de que fazemos nossa proposta.

¹⁷ Ao colocar entre aspas “cristalizações” e “cristalizou” quisemos alertar para essa dinamicidade de dupla mão, pois esses termos sugerem uma estacidade inexistente em regularidades lingüístico-discursivas.

3.2. Quadro teórico

Creemos que a proposição da hipótese já apontou o quadro teórico de referência em que ela se encaixa. Esse quadro teórico está esboçado sobretudo em Foucault (1971, 1986), Guimarães (1987, 1988), Orlandi (1987), Pêcheux (1969) e Maingueneau (1976) e nas obras a que remetem. Aí pode-se encontrar uma apresentação mais extensa, detalhada e profunda daquilo que registramos aqui como um extrato para facilidade de exposição e entendimento da hipótese.

A teoria do discurso é a teoria da determinação histórica dos processos semânticos, dos processos de significação. O social e o histórico é a presença da exterioridade no texto. O discurso é uma prática, evidentemente regulada como qualquer outra; é a ação pela linguagem, onde se articulam o social e o histórico como elementos constitutivos da linguagem e que são por ela constituídos numa interação. Para Maingueneau o discurso é uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórico permite definir um espaço de regularidades enunciativas. Para Pêcheux a teoria do discurso se funda como uma “análise não subjetiva dos efeitos de sentido” contra a ilusão que tem o sujeito “de estar na (de ser a) fonte do sentido”. Para Foucault (1986: 124), o discurso é um conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação. A formação discursiva é para ele o princípio de dispersão e repartição dos enunciados e não das formulações, frases e proposições. A formação discursiva é fundamental para o estabelecimento do sentido e voltaremos a este ponto mais adiante. Foucault (1986: 98-99) define o enunciado como uma função de existência dos signos, “a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita)”. Ele é “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos no tempo e no espaço”. O enunciado é uma unidade discursiva que se produz na enunciação e pela enunciação. “A enunciação é o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado” (Guimarães, 1988). Produção aqui não no sentido da fala, mas no sentido de produção que se realiza dentro de certas condições de produção; um processo social e histórico. O enunciado só pode existir em relação com outros (não se concebe o enunciado único) e é nessa relação que se estabelece o seu sentido, o(s) seu(s) efeito(s) de sentido. E quando “se puder descrever, entre um certo número de enunciados um¹⁸ sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva¹⁹[...] Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (Foucault,

¹⁸ No texto de Foucault aparece “*semelhante*” remetendo ao que ele acabara de colocar. Aqui colocamos *um* para melhor encaixe em nosso texto.

¹⁹ Foucault (1986) define as “*formações discursivas*” em detalhe nos sete capítulos da Parte II: “*As regularidades discursivas*”.

1986: 43-44).²⁰ A formação discursiva é pois, de acordo com Maingueneau e Orlandi, um conjunto de regras históricas, anônimas, sempre determinadas no tempo e no espaço e que definiram ou definem (numa época, para um segmento social e numa área geográfica) as condições de exercício da função enunciativa.

As regularidades lingüístico-discursivas aparecem nas chamadas formações discursivas. As regularidades (v. Guimarães, 1988) são, pois, relações entre elementos lingüísticos discursivamente constituídos. A regularidade lingüística é uma “cristalização” de um processo discursivo caracterizado por sua exposição ao acontecimento da enunciação tal como definida acima. Essa cristalização, como já lembramos, é um produto que não se separa do processo porque se torna condição dele: é um processo que produz produtos para o processo. É um produto que pode se modificar no processo. Portanto a regularidade é resultante do processo sócio-histórico das condições de produção (em que se incluem o sujeito e a situação), mas também faz parte dessas condições. Como instrumento de explicação teórica, a regularidade atua mais como constituidora de impedimentos e não como estabelecadora de obrigações resultantes de uma estrutura ou de regras (vide Guimarães 1987: 29). Isto parece ter uma relação direta com a idéia de rarefação de Foucault.

Nessa perspectiva a língua será definida como um conjunto de regularidades que se constroem no processo enunciativo (Guimarães, 1988). O que define as formas lingüísticas é o estabelecimento sócio-histórico das possibilidades de uso discursivo dos elementos da língua, daí esta não ser uma estrutura, mas um conjunto (ou antes uma dispersão) de regularidades discursivas.

Finalizando gostaríamos de lembrar que a formação discursiva estabelece o conjunto de enunciados interrelacionados que constitui o domínio associado de cada um desses enunciados. Se a relação entre os enunciados é que dá o sentido, e ela é determinada na e pela formação discursiva, fica claro que o sentido, os efeitos do sentido obtidos são produtos da formação discursiva. A relação entre o lingüístico e o discursivo é sempre permeada pelas condições de produção, e o sentido das formas lingüísticas incluindo a palavra, que nos interessa em particular neste estudo, vai ser diferente dependendo da ordem de discurso em que elas se inscrevem. Assim o uso das formas lingüísticas é sempre tenso por causa da tensão constante do sentido em função das formações discursivas. Assim, para a Análise do Discurso, os sentidos podem ser infinitos, mas na prática não são, porque são limitados pelas formações discursivas, pelos usos histórica, social e ideologicamente estabelecidos. A institucionalização do sentido se faz também por leituras (leitores) competentes, isto é, pessoas ou órgãos ou lugares institucionais dentro da sociedade que são tomados em dada situação como autoridades que podem dizer qual é o sentido válido ou aceitável.

3.3. Explicação discursiva da mudança de significado e da formação de palavras: evidências

Nesta seção buscaremos não só apresentar alguns casos que evidenciam a validade da explicação discursiva para a mudança de significado e para a questão da

²⁰ Isto é fundamental para a questão do (des)aparecimento de palavras e para a mudança de seu sentido.

produtividade lexical e o “mistério” do seu funcionamento mas também mostrar que as explicações dadas para estes fatos e arroladas nas secções 1 e 2 são subsumidas pela explicação discursiva, que propomos aqui. Além disso esta explicação discursiva é capaz de explicar casos que não são abrangidos pelas demais explicações.

3.3.1. Mudança de significado

3.3.1.1. As causas de mudança de significado como mudanças de ou na formação discursiva – Para facilitar as considerações que fazemos neste item, vamos utilizar as causas²¹ de mudanças de significado inventariadas por Guiraud (1980) e sumariadas em 1. Todavia é preciso lembrar que sob a proposta discursiva tais causas sofrem um redimensionamento: têm de ser vistas como regularidades discursivamente estabelecidas, o que implica acertos teóricos conforme já explicitamos. Ao falar dos fatores de mudança de sentido, Guiraud (1980) os classifica em históricos, lingüísticos, sociais e psicológicos. Pela nossa proposição eles têm um caráter discursivo e portanto sócio-histórico.

Para Guiraud (1980) as duas causas de mudança de sentido seriam a nominação e a evolução de sentido.

A “nominação, cognitiva ou expressiva”, ocasiona mudança de sentido quando se dá a uma coisa um nome que já pertencia a outra. Assim deu-se o nome de *folha* a um “pedaço de papel” por similaridade de forma, e chamou-se, expressivamente, uma mulher de *gata* porque afetivamente se viu nela qualidades similares, tais como “beleza”, “charme”, “carinho”, etc. Mudou o sentido por nominação mas o que aconteceu, em verdade, foi o deslocamento dos termos de uma formação discursiva para outra onde eles adquiriram novos sentidos porque entraram num jogo de relações enunciativas diferentes: no caso de *folha* passou-se de uma formação que poderíamos dizer “relativa aos vegetais, suas partes, funções, qualidades, etc.”²² para uma formação relativa a “produtos manufaturados de um certo tipo” e aí o sentido mudou porque mudaram os elementos enunciativos com que se relaciona, já que é dessa relação dos enunciados que surge “o efeito de sentido”. Esse o mecanismo básico e explicativo que podemos identificar em todas as causas arroladas na secção 1. Vejamos mais algumas a título de ilustração.

No caso da “força emotiva subconsciente”, dos “tabus” e “eufemismos” o processo é o mesmo: por razões diferentes se faz nominações (quase sempre expressivas), deslocando as palavras de uma formação discursiva para outra. Assim temos: a) quando a emoção levou a chamar uma pessoa de *monstro*, passou-se da formação discursiva sobre seres fantásticos em nossa cultura para a formação dos atributos humanos; b) quando um tabu levou a chamar o diabo de “*cão*” deslocou esta palavra de uma formação discursiva relativa a animais para uma de seres espirituais malévolos;²³ c)

²¹ Não se deve tomar aqui *causa* no sentido determinístico de causa e efeito, mas apenas no sentido de fatores e processos que, funcionando como regularidades discursivas resultam em mudanças de sentido.

²² Como vimos em Foucault (1986: 43), as regularidades nas formações se estabelecem entre objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas.

²³ Sobre o tabu do uso do nome *diabo* e outros tabus de origem religiosa veja-se Vasconcelos (1966: 369-71).

quando se começou a dizer que “*alguém nos deixou*” em vez de dizer que morreu passou-se a primeira expressão de uma formação de ações normais e corriqueiras não temidas e não incompreendidas pelo homem para a formação relativa à morte, ao desaparecimento do ser humano, tão incômoda para este, eliminando, pelo menos aparentemente, este incômodo.

Quando pela “economia da palavra” se passou a dizer *capital* por *cidade capital* e *itálicos* por *tipos gráficos itálicos* parece que mudamos da formação de conceitos de atributos para uma de conceitos de entidades.

O “conflito homonímico” leva ao desaparecimento de um termo porque ocorrem formulações em que o falante não sabe em qual formação inscrever a formulação e portanto a qual enunciado ligá-la e qual o efeito de sentido que se tem, porque não se sabe que relações estabelecer (confirmam-se os exemplos dados por Guiraud, 1980: 69).

Vejam agora as causas ligadas à evolução do sentido. Aqui temos a mudança de uma formação discursiva para outra, mas temos também a modificação da própria formação discursiva que, neste caso (seja qual for a extensão da modificação), poderia ser encarada como uma nova formação e, portanto, outra por não ser mais exatamente o que era.

A mudança de sentido pela “evolução do referente” é um caso de modificação da formação discursiva. Se muda a natureza do referente, o conhecimento que temos dele ou nossa atitude subjetiva em relação a ele, essa mudança do real, do mundo, ao ser discursivizada alterará a formação que tínhamos anteriormente, mudando as relações entre seus enunciados e, portanto, os efeitos de sentido que se tinha anteriormente.

As mudanças de sentido devidas ao “obscurecimento da motivação etimológica” ao “contágio” e à “etimologia popular” são na verdade mudanças de uma formação discursiva para outra por razões diversas que podem ser: a) com o tempo esquece-se a formação em que originariamente a forma (palavra) se inscrevia (é o caso do obscurecimento, do contágio sintático); b) confusão entre formações devido à proximidade da materialidade física da formulação lingüística ou do sentido (é o caso do contágio fonético e semântico). Na história da língua, isto é comum entre parônimos, homônimos e palavras de línguas diferentes que coexistem num dado período numa sociedade (é o caso dos calcos favorecidos pelo bilingüismo); c) o desconhecimento ou conhecimento impreciso da formação em que a palavra se inscreve, fazendo com que ela seja inscrita numa formação que o usuário julga plausível (é o caso da etimologia popular). É por isto que este fenômeno é freqüente com termos técnicos e empréstimos a línguas estrangeiras em condições de pouco conhecimento da outra língua.

Um caso interessante que observamos na linguagem de camadas sociais de baixa escolaridade e que pode levar, por contágio fonético, a uma mudança de sentido ou não, uma vez que está em processo, é o uso da expressão de *tergal* por *integral* na formulação “*leite de tergal*” por “*leite integral*” em frases como: “*o médico mandou dar leite de tergal pra ele*”.

Nas mudanças por “estratificação social” o que temos é sem dúvida passagem de uma formação discursiva para outra. Classes e grupos sociais distintos têm elementos de cultura, modos de vida, técnicas, etc. comuns e diferentes o que acaba por resultar em formações discursivas diferentes; e a passagem de termos de um grupo social para o outro, muito freqüentemente ocasiona mudança de sentido por representar sua inscrição

numa formação discursiva diferente. Este seria o caso, por exemplo, do sentido adquirido por *bomba* na formação discursiva relativa à escola que do uso na formação relativa a armas só teria mantido uma idéia de efeito negativo.

Evidentemente todas essas mudanças têm um caráter sócio-histórico e são um processo dinamicamente contínuo ou continuamente dinâmico onde a idéia de cristalização estática não existe. As causas arroladas por Guiraud (1960) talvez representem regularidades, como definimos acima, e têm um caráter discursivo que não pode ser olvidado, não representando regras ou leis obrigatórias de caráter determinístico. Esse fato já fora percebido e Guiraud (1980: 78) registrou-o enfaticamente falando em “determinação livre” e “tendências” (v. final da seção 1 deste texto). Fica pois definido o estatuto dessas “tendências”: são regularidades discursivas. É preciso ainda lembrar que idéias como as de nominação parecem estabelecer uma prioridade ou antecendência entre conceito e significante que não se admite no discurso. Vimos que no discurso os dois se estabelecem conjuntamente.

3.3.1.2. Formação discursiva e estabelecimento, mudança ou permanência do sentido – Gostaríamos agora de dar um exemplo que ilustrasse como as formações discursivas são um princípio teórico de força explicativa para a questão do sentido: seu estabelecimento, mudança e permanência.

O advento do Cristianismo²⁴ criou com seu surgimento e desenvolvimento aquilo que podemos chamar de um novo “universo discursivo”, ou seja, um conjunto finito de formações discursivas que interagem numa conjuntura dada (Maingueneau, 1984).

As formações discursivas que compuseram este universo discursivo levaram à formação de um grande número de palavras para todos os objetos, conceitos, relações, etc. que surgiram com o acontecimento²⁵ sócio-histórico do Cristianismo e também à mudança do sentido de um número muito grande de palavras do Latim e do Grego. Apresentamos aqui o caso de dois termos: *pagão* e *igreja*, cujo percurso significativo pudemos reconstituir de forma mais ou menos precisa.

Pagão. Com informações retomadas de D’Albuquerque (1953: 94-95) e de Ferreira (1975: s.v. PAGÃO¹), pudemos detectar três momentos na história significativa desta palavra:

momento 1: *paganus* é usado na linguagem militar romana significando “paisano”, “civil”, “o que não é soldado, militar”, em oposição a *miles* “soldado”;

momento 2: com o advento do cristianismo, os primeiros cristãos consideravam-se soldados de Cristo, *milites Christi* e denominavam *paganus* os que não eram soldados de Cristo, os que não lutavam pelo Cristianismo;

momento 3: com o desenvolvimento e a institucionalização do cristianismo, constituiu-se o batismo como sacramento que marca a introdução da pessoa na corporação de Cristo, na comunidade cristã. Aos poucos *pagão* passou a significar “o indivíduo não batizado” ou

²⁴ Os exemplos que usaremos aqui foram tomados a D’Albuquerque (1953: 93-98), onde foram tratados dentro de uma outra perspectiva no capítulo intitulado: “O Cristianismo e os léxicos”.

²⁵ Usamos aqui o termo *acontecimento* para ressaltar a idéia de que o fato é durativo, se processa mais longamente e não instantaneamente. Além disso, o acontecimento é um acontecimento histórico no sentido de Veyne (1983), isto é, algo que acontece e provoca mudanças – mudanças que ocorrem no mundo e que discursivizadas resultam em novas formações discursivas. Além disso, o uso de *acontecimento* lembra o conceito de enunciação como acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado.

“que é adepto de qualquer religião que não adota o batismo” sem que as pessoas sequer se lembrem que o batismo representa a introdução do indivíduo na comunidade cristã, de tal modo que nos últimos anos a Igreja Católica tem exigido que os pais e padrinhos façam um curso de batismo para aprenderem o significado deste sacramento na liturgia católica cristã.

Como se pode perceber, as condições de produção duma formulação como “x é pagão” em cada um dos três momentos é diferente. Em cada um deles, temos uma formação discursiva diferente, sócio-historicamente estabelecida, daí a mudança de significado.

Igreja. Aqui temos quatro momentos significativos, mas com a diferença de que, neste caso, houve, dentro da instituição da Igreja Católica a permanência dos sentidos instaurados nos momentos 2, 3 e 4.

momento 1: grego clássico, “ekklesia”²⁶ significava “assembléia”;

momento 2: no grego dos cristãos, “ekklesia” passou a indicar “assembléia de crentes”, “reunião de fiéis”;

momento 3: no século 11 d.C., “ecclesia” passou a indicar “local de reunião”, provavelmente porque os cristãos passaram a construir e ter locais fixos de reunião;²⁷

momento 4: com a institucionalização do Cristianismo e o surgimento da instituição da Igreja Católica, *igreja* passou a significar também “o catolicismo”, “a instituição eclesiástica”.

Como já dissemos, as formações discursivas dos momentos 2 a 4 foram mantidas pela instituição da Igreja Católica e, portanto, os sentidos a elas correspondentes, o que possibilita que hoje tenhamos formulações tais como:

- (6) *Nós somos a igreja de Cristo* (= “comunidade de fiéis, conjunto de fiéis ligados pela mesma fé e sujeitos aos mesmos chefes espirituais” – momento 2);
Precisamos reformar a igreja (= “o templo, o prédio, o local de reunião” – momento 3);
- (7) *A Igreja não aceita coisas tais como o divórcio e o aborto.* (= “a Igreja Católica, o catolicismo, a autoridade eclesiástica” – momento 4).

Este exemplo é interessante por evidenciar a força das instituições no estabelecimento, alteração e conservação das formações discursivas dentro das quais as regularidades se estabelecem e os efeitos de sentido ocorrem²⁸. A instituição da igreja manteve e mantém o sentido e às vezes até a forma de muitas palavras. É o caso de palavras como “*padre*” (= pai), no nome da oração “*Padre Nosso*” e “*madre*” (= mãe) em expressões como “*Santa Madre Igreja*”.

O que apresentamos em 3.3.1.1. e 3.3.1.2. evidencia que, quando uma palavra muda de significado, mudou a regularidade discursiva sócio-historicamente estabelecida

²⁶ Veja-se a evolução fonética de *ecclesia* > *igreja* in Vasconcelos (1966: 251).

²⁷ Essa hipótese precisa ser confirmada através de registros da História do Cristianismo.

²⁸ Esse fato já fora anotado mesmo fora da teoria do discurso: como, por exemplo, na seguinte observação de J. L. de Vasconcelos (1966: 181): “Certas instituições sociais de caráter mais ou menos estável fazem com que as respectivas palavras se mantenham com tenacidade”.

que diz que aquela palavra com aquele sentido pode ou não aparecer: o sentido que não é mais usado não tem mais uma regularidade enunciativa que o sustente. Confirma-se, pois, a hipótese proposta em 3.1.

3.3.2. Formação de palavras

Da mesma forma que as causas de mudança de sentido são subsumidas pela hipótese discursiva de explicação que estamos propondo, também o são as proposições que buscam explicar o por que de surgirem novas palavras e o “mistério” da produtividade lexical.

Pela hipótese que estamos propondo, o aparecimento de novas palavras em uma língua está condicionada ao estabelecimento de novas formações discursivas e campos enunciativos e/ou à modificação destes de modo que se estabeleçam regularidades que permitam o aparecimento de novas palavras e também determinem que palavras não poderão ser formuladas dentro deste novo campo enunciativo. Assim a operação das RFPs propostas pela gramática gerativa transformacional, que parece tão misteriosa e difícil de explicar, poderá ser explicada pelo que as regularidades discursivas permitem ou não formular dentro de uma formação discursiva.

Quando falamos de neologismos em 1.2. registramos que a gramática histórica, onde este assunto sempre foi tratado, coloca duas condições básicas para o aparecimento nos neologismos. A primeira delas (satisfazer uma necessidade da língua, designando objetos, expressando idéias ou matizes duma idéia que careçam de palavras para serem significados) evidencia que palavras novas só serão formadas para atender necessidades criadas por novas formações discursivas ou por modificações nas já existentes. A segunda condição (observar na formação do neologismo as leis morfológicas relativas à estrutura das palavras simples e primitivas e à construção das derivadas, compostas e justapostas) deixa claro que o discurso exige que se obedecam as regularidades lingüísticas que ele estabeleceu sócio-historicamente.

Quando olhamos para as fontes do neologismo que a gramática enumera, fica mais evidente que a formação de palavras está condicionada à criação ou introdução ou modificação de formações discursivas em uma sociedade no correr de sua história.

A primeira das fontes apontadas é a nomenclatura técnica. Sabemos que o desenvolvimento da ciência é sem dúvida um dos fatores sócio-históricos que, com frequência, criam novos elementos que, discursivizados, resultam em novas formações discursivas e campos enunciativos. D'Albuquerque (1953: 57),²⁹ por exemplo, lista um bom número de termos criados a partir da criação do rádio e do cinema que, ao se institucionalizarem como indústria, estabeleceram instrumentos e procedimentos, ações e relações que constituíram um novo espaço discursivo. Evidente que não só o desenvolvimento científico tem essa capacidade mas todos os acontecimentos sócio-históricos tais como: movimentos artísticos, religiosos, filosóficos, políticos (veja-se o exemplo das revoluções em D'Albuquerque 1954: 51-56), etc.

²⁹ D'Albuquerque lembra a seguinte colocação de Vendryès: “Toutes les fois qu'un progrès quelconque est réalisé dans l'industrie humaine, ce progrès se traduit par l'emploi d'instruments ou de procédés nouveaux, auxquels correspondent autant de créations de nouveaux mots”. (*Le Langage*, p. 261).

No que respeita a formações ligadas a evoluções tecnológicas é interessante lembrar aqui a formação ligada à área de computação, que determinou e possibilitou a criação de termos (*acessar, digitar, formatar, disquete*), a mudança de sentido de outros (*memória, banco de dados, salvar, programa*) e a importação de outros a línguas estrangeiras (*deletar, indentação, resetar*) e que são utilizados em formulações antes não possíveis tais como:

- (8) *Para acessar a memória do computador você precisa usar a senha.*
Antes e preciso formatar o disquete.
João está digitando os dados.
Já salvei o texto digitado.
Este programa é para um banco de dados.
Não é isso. Deleta.
Vou colocar marcas de indentação no parágrafo.
Vou resetar a máquina. (resetar pronuncia-se com [s]).

Neste caso, já temos exemplos da segunda fonte de neologismos: a importação estrangeira. Isto é muito comum nos casos em que um país produz um avanço tecnológico e estabelece uma formação discursiva que depois é praticamente transplantada para outra sociedade por um processo sócio-histórico que não importa aqui especificar. Essa transplantação introduz um novo espaço discursivo na sociedade que faz a importação, quase sempre com alterações na formação original (por fusão com outra da mesma natureza já existente ou acomodação a formações com que ela terá de se inter-relacionar no campo discursivo)³⁰. Este fenômeno não acontece apenas na área tecnológica, assim é que em nossa sociedade, a formação discursiva relativa à moda já foi quase toda importada dos franceses, e a formação relativa à música, dos italianos.

Na gíria, como fonte de neologismos, é mais freqüente a mudança de significado do que o aparecimento de novas palavras, embora isto possa ocorrer. Um exemplo seriam os termos *transa* e *transar*.³¹

Embora os estudos que aqui citamos apresentem estas condições, não estabeleceram as regularidades discursivas que as estabelecem, nem observaram que ao mesmo tempo que há a determinação do aparecimento de novas palavras, há o impedimento do surgimento de outras. No aparecimento de neologismos pelos processos de formação de palavras (derivação e composição), formalizados nas RFPs da gramática gerativa, a não consideração das regularidades tal como definidas em 3.2 é que gerou o chamado “mistério da produtividade lexical”. É este o ponto que consideramos a seguir.

Dizer que uma palavra não existe, quando é possível formá-la por uma RFP significa dizer que ela é uma “sequência inaceitável”,³² dentro de um certo limite. Que limite é esse? É o estabelecido pela formação discursiva, pelo discurso. Quando uma palavra pode ser formada por uma RFP mas não surge no uso, é que a regularidade

³⁰ No sentido proposto por Maingueneau (1984): “um conjunto de formações discursivas que estão em concorrência, que se interdelimitam”.

³¹ Agradecemos a Margarida Basílio a lembrança deste exemplo.

³² V. em Guimarães (1987: 16) o conceito de sequência inaceitável.

discursiva estabelecida por enunciados que integram determinada formação discursiva impede seu aparecimento. Buscamos exemplificar este fato comentando os problemas levantados em (2), (3) e (4).

No caso de (2), verifica-se que o discurso criou uma regularidade lingüística que foi identificada pelos lingüistas pelo nome de “princípio da economia lingüística” pelo qual a língua busca obter o máximo de capacidade comunicativa com o mínimo de elementos. Dessa forma evita-se a constituição de duas formas para o mesmo fim. Quando isto ocorre há, normalmente, um dos seguintes fatos: *a)* um dos elementos desaparece, se arcaiza, cai em desuso; *b)* os elementos se diferenciam em algum nível: sintático, semântico, pragmático, da estrutura conversacional, em dialetos ou registros, etc. e, portanto, não têm, em verdade, o mesmo papel dentro da língua. Uma evidência disso são os sinônimos que dificilmente são “sinônimos perfeitos”. Cada um dos sinônimos serve sempre a um efeito de sentido distinto do outro de algum modo. É por isso que a teoria dos neologismos diz que eles surgem para exprimir idéias ou matizes de idéias. Tal regularidade do princípio de economia teria gerado o bloqueio à operação das RFPs proposto por Aronoff e que impede o aparecimento de termos como **convencioso*, **religional* e muitos outros. O bloqueio seria portanto uma regularidade discursiva e como tal teria uma atuação relativizada, não funcionando como regra.

Vejamos o caso de (3). No grupo (3a) a relação de sentido entre o radical e o sufixo é regida por enunciado(s) de um campo ou domínio associado, de uma formação discursiva, que permite formulações como:

- (9) Posso usar X como instrumento para atingir, ferir, atacar Y ou bater em Y
ONDE X NECESSARIAMENTE TEM QUE SER ALGO CONCRETO E DESLOCÁVEL.

Além disso, essa formação e seus enunciados impedem formulações como:

- (10) Posso usar uma criança para atingir, ferir, atacar Y ou bater em Y.

Assim, as formulações com *criançada*, *casada* e *medada* são inaceitáveis porque não podem ser produzidas pela enunciação que produz o enunciado da formulação de (9). Todavia alguém pode imaginar situações em que alguém leve uma “criançada” (contrariando o discurso estabelecido) ou uma “casada” (se for uma casinha de brinquedo, por exemplo), mas dificilmente alguém imaginará uma situação em que se leve uma “medada”.

No caso do grupo (3-b) a relação de sentido entre radical e sufixo é regida pelos enunciados de uma formação discursiva que permite formulações como (11) e (12) mas não como (13):

- (11) Posso processar um ou vários X, transformando-o(s) em algo comestível.
(12) X é comestível por seres humanos.
(13) Seres humanos comem pedras (crianças).

É isto que faz com que *abacatada* pareça aceitável, apesar de não figurar no uso corrente, mas “*pedrada*” e “*criançada*” sejam inaceitáveis como nomes de comidas.

No grupo de (3-c) a relação será regida por uma formação cujos enunciados permitem formulações que se referem a um conjunto de certos X (seres, coisas), com um caráter negativo pela quantidade exagerada, e impede formulações do mesmo tipo com outros X. Aqui parece ser importante a idéia de campo discursivo (no sentido, já comentado, que Maingueneau dá ao termo) porque a concorrência de formações discursivas e que leva por exemplo a *abacatada* e *goiabada* para (3-a,b) e *mesada* para (3-a) e estabelece formas alternativas para (3-c), possibilitando formulações como:

- (14) *Antônio levou uma mesada na briga no bar* (3-a).
- (15) a - *O que faço com esse mundo de mesa que você trouxe?* (3-c).
b - *O que faço com essa mesaiada que você trouxe?* (3-c)
- (16) a - *Antônio levou uma abacatada (goiabada) na cabeça.* (3-a)
b - *Antônio fez uma goiabada (abacatada) deliciosa* (3-b).
- (17) a - *O que faço com esse mundo de goiaba (abacate) que você trouxe?* (3-c)
b - *O que faço com essa goiabaiada (abacataiada) que você trouxe?* (3-c)

No caso de (4) encontramos a não formação de *engraçadez* que seria explicada por uma restrição morfológica. Acontece que estamos propondo que restrições de qualquer natureza (fonológica, morfológica, semântica, pragmática etc.) são regularidades, isto é, relações entre elementos lingüísticos discursivamente constituídas. Vejamos que regularidade é esta que representa uma restrição à operação da RFP (1) com adjetivos correspondentes a particípios verbais. Os adjetivos, como se sabe, indicam atributos (qualidades, modos de ser, estados, etc.). Os substantivos formados pela RFP (1) normalmente são substantivos usados em formulações em que se comenta algo a respeito da "qualidade de ser X" (onde X é um adjetivo) que Y possui, como as formulações de (18).

- (18) a - *A meiguice de Maria encanta a todos.*
b - *A versatilidade desse material é incrível*
e - *A morosidade da justiça é que cria tais problemas*

Os enunciados da formação discursiva que permite tais formulações impedem formulações semelhantes com vários tipos de atributos. Um desses tipos são os atributos que representam resultados de processos. Assim são impedidas formulações como as de

- (19) a - *A *caladez de Antônio me incomoda.*
b - *A *cozidez da carne não está boa.*
e - *A *queimadez do bolo foi culpa sua.*

Como os adjetivos em *-ado* que não são particípios de verbos são a minoria, acabam sendo submetidos ao mesmo funcionamento discursivo e daí, com a quase totalidades desses adjetivos, a RFP (1) não funciona. Por isso *engraçadez* não se forma nem entra em uso apesar de potencialmente possível.

É interessante observar que, nas formas de (5), onde a RFP (1) opera apesar da restrição, os atributos expressos pelos adjetivos não são sentidos como resultados de

algum processo, e em metade dos casos os substantivos formados (*cobertura, imersão, ocultismo*) não expressam “qualidade de ser X” como observamos na secção 2.

Em alguns casos para o comentário de “qualidades de ser X”, o substantivo é formado pela RFP a partir de adjetivos, cognatos ou não, ou a partir da raiz erudita correspondente ao adjetivo de forma igual às dos particípios verbais. É o caso de *sagrado*, correspondente ao particípio de *sagrar*. Para se comentar o caráter de *sagrado* (= santo, puro, inviolável usa-se *sacridade* ou *sacralidade* (formados pela RFP (1) a partir de *sacro*)³³. A discursividade, todavia, nos casos em que a regularidade estabelecida impede a operação da RFP (1), possibilita o comentário de “qualidade de ser X que Y possui” através de formulações tais como as de (20):

- (20) a - O fato de João ser engraçado lhe conquista a simpatia de todos.
b - O Antônio ser calado me incomoda.
c - O fato do bolo estar queimado é culpa sua.

Creemos que está estabelecido um mecanismo explicativo capaz de ajudar a resolver o “mistério” da produtividade lexical. A análise e o estabelecimento da discursividade, da regularidade discursiva em cada caso é uma longa tarefa subsequente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar aqui o que deve ter ficado claro no correr deste estudo: a explicação discursiva dos fenômenos da mudança de sentido das palavras e da formação de novas palavras não invalida teorizações e explicações anteriores, mas apenas as subsume evidenciando sua natureza última: são todas regularidades discursivamente estabelecidas. Além disso a explicação que aqui propomos é capaz de dar conta de fatos que escapavam ao poder explicativo daquelas que ela subsume, por ser de natureza hierarquicamente superior, se é que podemos falar assim.

Parece-nos pertinente registrar aqui uma dúvida para a qual talvez, se possa posteriormente encontrar resposta. A nosso ver, a explicação discursiva que aqui propomos não explica fatos estritamente formais como a evolução fonética das palavras e os truncamentos tipo *auto, cine, foto*. Neste último caso é possível, talvez, lançar mão da regularidade da economia lingüística, mas isto é algo a comprovar. E finalmente, dúvida da dúvida, hesitamos sobre colocar ou não as restrições fonológicas à operação das RFPs entre os fatos que não se explicam pela hipótese discursiva que propusemos aqui. Por enquanto optamos pela possibilidade do sim (as restrições fonológicas são explicáveis pela hipótese discursiva) mas, para nós, permanece a possibilidade forte do não.

A intenção que regeu o aparecimento deste estudo é, provavelmente, não uma intenção da vontade individual deste autor, mas apenas a explicitação que ele faz de uma possibilidade aberta pelo universo discursivo³⁴ da Lingüística atual.

³³ É interessante observar que estas duas palavras não estão registradas em Ferreira (1975).

³⁴ Vide o conceito de “universo discursivo” em 3.3.1.2. e em Maingueneau (1984).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARONOFF, Mark 1976. *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, Massachussets: MIT Press.
- BASÍLIO, Margarida. 1980. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 1987. *Teoria Lexical*. São Paulo, Ática.
- BREÁL, Michel. 1976. *Essai de sémantique*. Genève: Slatkine Reprints.
- CÂMARA Jr., J.M. 1970. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- COUTINHO, Ismael de Lima. 1971. *Gramática histórica* (6ª edição) Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. 1953. *O nosso vocabulário*. (2ª edição muito ampliada). Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora.
- DARMESTER, A. s.d.. *La vie des mots*. Paris.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 1975. *Novo dicionário da língua portuguesa*. (1ª edição). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FOUCAULT, Michel. 1986. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 1971. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard.
- GUIMARÃES, Eduardo. 1987. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do Português*. Campinas: Pontes.
- _____. 1988. *Curso LL 122 - Problemas de Semântica argumentativa*. 1º semestre. [Anotações das aulas, feitas pelo autor deste ensaio, no primeiro semestre de 1988, no IEL / UNICAMP]
- GUIRAUD, Pierre. 1980. *A semântica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- HALLE, Morris. 1973. "Prolegomena to a theory of word formation" In *Linguistic Inquiry* 4: 3-16.
- JACKENDOFF, R. 1975 "Morphological and semantic regularities in the lexicon." In *Language* 51 : 639-671.
- MAINGUENEAU, Dominique. 1976. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours; problèmes et perspectives*. Paris: Hachette.
- _____. 1984. *Génèses du discours*. Bruxelas: Pierre Mardaga.
- ORLANDI, Eni P. 1987. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, M. 1969. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod.
- SAUSSURE, Ferdinand de. 1970. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix.
- STERN, G. 1931. *Meaning and changes of meaning. With special reference to the English language*. Göteborg.
- ULLMANN, Stephen. 1951. *The Principles of Semantics*. Glasgow.
- VASCONCELOS, J. Leite de. 1966. *Lições de filologia portuguesa*. (4ª edição.[1ª edição: 1911]), Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- VEYNE, Paul. 1983. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense.

comparar - Lê-se num texto do séc. XIII: *comparej.. u casal*, no sentido de “comprei”. *Comparar* vem do latim *comparare* “adquirir”, “comprar”. Este verbo *comparare* tornou-se **comperare* em latim vulgar, talvez por influência de *recuperare*; e d’aí procede directamente não o port. moderno *comprar*, senão também o hesp. *comprar*, o prov. *comprar*, e o ital. *comprare e comperare*. O nosso arcaico *comparar* é certamente literário, pois que os escribas medievais empregavam com frequência em documentos latinos *comparare* (Vasconcelos, 1966: 250)

fazenda

*“Dizen-mi as gentes por que non trobei
à gran. sazón, e marivhan-s’en;
mais non saben de mia fazenda ren”*

isto é, “Todas as pessoas me perguntam porque é que não faço versos há tanto tempo, e maravilham-se d’isso; mas é que não sabem nada das minhas circunstâncias”. Assim fala o poeta Rodrig’Eannes Redondo (séc. XIII-XIV). A expressão *saber da fazenda* ocorre também no Cancioneiro de D. Dinis. O sentido é, como disse, de “estado”, “situação”, “condições”, “negócios” ou de “circunstâncias”.

Própriamente *fazenda* é o latim vulgar **facenda*, por *facienda*, “cousa que se há-de-fazer”. D’aqui passou-se à idéia de “acção, “negócio” e às outras mencionadas acima, assim como à de “bens”, concretizada em “propriedade rural”, na linguagem estremenha: “faço aquela *fazenda* = amanhã ou cultivo aquele terreno. No Alentejo *fazenda* significa “rebanho de gado macho”. (*ibidem*, pp. 251-52)

proxeneta - do grego *proxenetes*, através do latim *proxeneta*, significava o mediador entre os nativos e os estrangeiros (*xeno*). O vocábulo degradou-se e passou a significar o intermediário entre mulheres, sobretudo meretrizes, e homens. (D’Albuquerque, 1953)

aula - do grego *aule*, através do latim *aula*, significava “corte, palácio”. Depois passou a indicar a “sala onde se reúnem os escolares e académicos para serem doutrinados” e mais tarde ampliou o sentido, fazendo exprimir também a lição, preleção, etc. (*ibidem*, p. 295)

suco - já teve a acepção de: “notável”, “excelente”, “ótimo”. Época houve em que *suco*, tanto era empregado para qualificar um espetáculo, como uma mulher, um livro ou uma efeiçã, etc. Em Rui Barbosa, assinalamos o vocábulo *suco*, com o sentido popular, no seguinte trecho: “o primeiro é o Sr. Antônio Azeredo, o suco do Senado” (*Campanha Presidencial*, pág. 164). (*ibidem*, p.81)